



**PARECER PRÉVIO Nº 58/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1412/2005 (14 volumes).**  
**Apenso: Processos nºs 1128/2014, 6757/2012, 6363/2012**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Advogado:** Não Possui.
- 4- **Órgão:** Prefeitura Municipal do Careiro.
- 5- **Exercício:** 2004.
- 6- **Responsável:** Sr. Hamilton Alves Villar – Prefeito Municipal e Ordenador de Despesa (09/09 a 01/10/2004 e 14/10 a 31/12/2004),
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 134EX/2017-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls.2732/2735).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Melo.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal do Careiro. Exercício de 2004.

*Desaprovação das Contas Anuais.*

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelos arts. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, os termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Emite PARECER PRÉVIO** recomendando ao Poder Legislativo Municipal a **Desaprovação** das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Careiro, exercício de 2004, de responsabilidade do Sr. Hamilton Alves Villar, na condição de Chefe do Poder Executivo Municipal, nos períodos de 09/09 a 01/10 e de 14/10 a 31/12/2004, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o art. 127 da CE/1989, art. 118, inciso I, da Lei Complementar nº 06/1991 e art. 1º, inciso I, da Lei nº 2423/1996.

**11. Ata:** 43ª Sessão Ordinária Judicante – Tribunal Pleno.

**12. Data da Sessão:** 12 de dezembro de 2017.



**PARECER PRÉVIO Nº 58/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 13. Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 14. Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELO**  
Conselheiro-Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador de Contas



**ACÓRDÃO Nº 58/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 58/2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1412/2005 (14 volumes).**  
**Apenso:** Processos nºs 1128/2014, 6757/2012, 6363/2012.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Advogado:** Não Possui.
- 4- **Órgão:** Prefeitura Municipal do Careiro.
- 5- **Exercício:** 2004.
- 6- **Responsável:** Sr. Hamilton Alves Villar – Prefeito Municipal e Ordenador de Despesa (09/09 a 01/10/2004 e 14/10 a 31/12/2004),
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 134EX/2017-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls.2732/2735).
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Melo.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal do Careiro. Exercício de 2004.

*Irregularidade. Alcance. Glosa. Multa.*  
*Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1 Julgar Irregular** as Contas da Prefeitura Municipal de Careiro, exercício de 2004, de responsabilidade do **Sr. Hamilton Alves Villar**, na condição de Ordenador de Despesas nos períodos de 09/09 a 01/10 e de 14/10 a 31/12/2004, nos termos do art. 1º, inciso II e art. 22, inciso III, “b” e “c” da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 188, § 1º, inciso III, “b” e “c”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**10.2 Considerar em Alcance** o **Sr. Hamilton Alves Villar**, no montante de **R\$ 15.953,31**, em razão de irregularidades relativas a não comprovação de devolução de valores provenientes de recursos do FUNDEF (atual FUNDEB), segundo levantamento feito pela Comissão de Inspeção, conforme Informação nº 1557/2008-CI, item IX (folha 2502, vol.13) e Informação Conclusiva nº 41/2017 –



**ACÓRDÃO Nº 58/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 58/2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

DICAMI (folhas 2725/2730);

**10.3 Glosar** o valor de **R\$ 79.782,94**, face à realização, na gestão do Sr. **Hamilton Alves Villar**, de despesas sem comprovação do uso e/ou destinação, objeto das Notas de Empenho relacionadas no Relatório Preliminar Retificativo (folhas 1436/1437, vol. 08), Informação nº 1557/2008-CI, item XI (folha 2503, vol. 13), na informação nº 132/2012-DICAMI (folhas 2627/2626, vol. 14) e na Informação Conclusiva nº 41/2017-DICAMI (folhas 2725/2730, vol. 14);

**10.4 Aplicar Multa** ao Sr. **Hamilton Alves Villar**, no valor de **R\$ 12.000,00 (doze mil reais)**, nos termos do art. 308, VI da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em face das seguintes impropriedades:

**10.4.1** Ausência de remessa do Relatório de Gestão fiscal (2º semestre) e relatório resumido de Execução Orçamentária (5º bimestre), bem como ausência da comprovação de suas publicações, conforme Relatório Preliminar Retificativo (folhas 1421/1422, vol. 08) e Informação nº 1557/2008-CI, (folha 2501, vol. 13), em infringência aos arts. 52, 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e arts. 1º e 2º da Resolução nº 06/2000-TCE;

**10.4.2** Irregularidades relativas a não comprovação de devolução de valores provenientes de recursos do FUNDEF (atual FUNDEB), no montante de R\$ 15.953,31, conforme levantamento feito pela Comissão de Inspeção, conforme Informação nº 1557/2008-CI, item IX (folha 2502, vol.13);

**10.4.3** Realização de despesas sem comprovação do uso e/ou destinação, no montante de R\$ 79.782,94, conforme especificado no item 4 do Relatório/Voto;

**10.5 Fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o Sr. Hamilton Alves Villar proceda ao recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual, do valor da multa a ele individualmente imputada, com a devida comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, inciso III, “a”, da Lei nº 2423/1996. Expirado o prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55 da Lei nº 2423/1996 c/c art. 308, § 3º, da



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

**ACÓRDÃO Nº 58/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 58/2017 – TCE – Tribunal Pleno)**

Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando-se desde já a inscrição do débito na Dívida Ativa e a instauração da Cobrança Executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do R.I. deste Tribunal de Contas;

**10.6 Recomendar** à Câmara Municipal de Careiro que, no prazo estabelecido no § 5º do art. 127 da Constituição Estadual, julgue irregular as Contas da prefeitura Municipal de Careiro, exercício de 2004, considerando em alcance o Sr. Hamilton Alves Villar nos valores expostos nos itens 10.3 e 10.4 deste Acórdão;

**10.7 Arquivar** os autos nos termos regimentais, após o cumprimento dos itens acima.

**11- Ata:** 43ª Sessão Ordinária Judicante – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 12 de dezembro de 2017.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Cabral, Julio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELO**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador de Contas